

Poderemos repetir o sucesso do passado

Em um mundo globalizado, os países emergentes enfrentam dilemas sobre o direcionamento das suas políticas de crescimento e de desenvolvimento sustentáveis que podem ser resumidos da seguinte maneira: será a abertura comercial visando à integração econômica internacional o único caminho para o desenvolvimento econômico-social; a administração do crescimento sustentável da demanda interna e estímulos à expansão da oferta com ganhos de produtividade como sendo os fatores mais relevantes para assegurar o desenvolvimento; ou ambas alternativas? Ao adotarem qualquer um dos caminhos, seguem novas questões referentes às reformas a serem levadas a cabo que promovam ganhos de produtividade interna e externa e eficiência macroeconômica.

Instituições multilaterais, como o FMI e o Banco Mundial, por meio das suas publicações, entendem que os caminhos mais curtos para as nações emergentes alcançarem a prosperidade são os seguintes: reduzir as barreiras comerciais; permitir a mobilidade do capital internacional; flexibilizar o mercado de trabalho; realizar as reformas que possibilitem a regulação institucional e a disciplina fiscal e tributária; privatizar empresas públicas; e assegurar os direitos de propriedade intelectual. Essas diretrizes de política econômica resumem-se nos princípios dessas organizações, os quais ficaram conhecidos, erroneamente, como o "Consenso de Washington"



Ernesto Lozardo
Professor de Economia da EESP/FGV

As recomendações do "Consenso de Washington" tratam de um receituário para a reta de chegada dos países emergentes à prosperidade econômica e social. No entanto, não retratam as causas do atraso e muito menos indicam os primeiros passos que os países atrasados e fracassados nas suas políticas de crescimento sustentável devem dar com eficácia e consistência econômica. Cabe-nos pontuá-las e indicar políticas corretivas que possibilitem abrir caminhos para os resultados contemplados. Embora não haja modelo único para o crescimento econômico sustentável, há elementos básicos que possibilitam a manutenção do crescimento da demanda e da oferta interna sem perda da estabilidade de preços. Modelo de crescimento econômico é como a impressão digital não há um igual

ao outro, porém, as características das mãos humanas são inconfundíveis.

Vulnerabilidades — As causas do atraso são, primordialmente, a inoperância do papel do Estado, a elevada concentração da renda nacional, a fragilidade dos fundamentos macroeconômicos, a ineficiência alocativa dos mercados e a inadequação das instituições e das organizações sociais, econômicas e políticas. São fatores que impossibilitam a eficácia da política macroeconômica na administração sustentável da demanda interna. A presença dessas incongruências econômicas faz com que a taxa de crescimento da renda por habitante seja instável e insuficiente para assegurar o crescimento da demanda interna.

Os países do Leste e do Sudeste Asiático que mais se desenvolveram somente se apresentaram ao mercado global após terem consolidado uma consistente administração da demanda interna, assegurando a sustentabilidade do crescimento da renda por habitante e uma aceitável distribuição da renda nacional. Todos esses fatores geram um ambiente favorável aos investidores internos e externos.

O âmago desses pressupostos está na qualidade da política fiscal, o qual deve ser um instrumento de promoção do crescimento com estabilidade de preços e baixo custo tributário e da redistribuição de renda nacional. Ela deve viabilizar a estabilidade do poder de compra da moeda nacional e a previsibilidade do lucro das empresas

O Brasil devia criar, como a China, zonas econômicas especiais para promover projetos e investimentos com vista às exportações

privadas por meio da estabilidade das leis tributárias, incentivando o desenvolvimento econômico-social regional equilibrado e mantendo política tributária progressiva. A irresponsabilidade fiscal é o inverso disso, pois ela restringe a eficácia da política monetária na sustentação da previsibilidade das variáveis reais —juros, salário real e câmbio—, mantendo o país pouco ou não-competitivo em relação às economias emergentes concorrentes.

A história da economia brasileira, nos últimos 100 anos, está pautada de longos períodos de sucessos e de algumas décadas de fracassos. Se a coleção de tragédias econômicas foi revertida por meio da conquista da estabilidade e na previsibilidade da inflação (Plano Real), faltaram políticas de estímulos e de sustentabilidade do crescimento. Há três décadas que a economia brasileira perdeu sua força de sustentação econômica. As causas são conhecidas: um dos principais fatores do fracasso na política do crescimento deve-se, de um lado, à crescente irresponsabilidade fiscal do governo federal na política de financiamento no estímulo do crescimento de curto prazo e, de outro, na ausência de políticas corretivas à sua sustentabilidade de longo prazo.

Gastos — Uma das principais razões deve-se ao fato de que o governo gasta, em relação ao PIB brasileiro, cerca de 40% com despesas correntes, 8% com o pagamento dos juros da dívida interna, 12% com a previdência e quase 40% com as demais despesas, restando 0,5% para investimentos. Os gastos com a previdência escalam para algo em torno de 18% do PIB em menos de cinco anos. Conclusão: não há recursos públicos para investimentos em infra-estrutura.

O primeiro passo para que a política macroeconômica brasileira sinalize que o país estará se posicionando na pista da decolagem do crescimento econômico sustentável será por meio de se perseguir a meta de déficit nominal zero até dezembro de 2010. Como fazer isso? Primeiro, por meio de uma redução mais acentuada da taxa de juros. Isso significa obter em dezembro de 2010 uma taxa básica de juros em 5,25% ao ano e administrar a taxa de inflação medida pelo IPCA entre 2,25 e 2,50% ao ano ao longo desse período. Ao mesmo tempo, realizar uma redução gradual dos gastos de custeio

do governo federal para 14,50% do PIB e da receita para 19,75% do PIB. A redução dos juros seria da ordem de oito pontos percentuais, dos gastos de custeio em 3% e da receita em 2% do PIB, respectivamente.

Os efeitos imediatos dessa trajetória serão tanto na redução da carga tributária de 38% para algo em torno de 35,5% e 36% do PIB, possibilitando aumento da taxa de investimentos públicos atuais de 0,5% para 2,5% do PIB, em 2010. E mais: o país poderá contar com uma taxa de crescimento em torno de 5% a partir de 2010; aumento do percentual do crédito em relação ao PIB, hoje um dos mais baixos do mundo, 34%; melhorar a distribuição da renda nacional; ampliar o mercado de consumo; maior inclusão social no crescimento econômico; e drástica redução da informalidade da atividade econômica.

Previdência — A sustentabilidade do crescimento dependerá de alguns outros fatores de caráter político e de direcionamento estratégico do crescimento. O primeiro seria reforma da previdência social pública e privada. Para os novos entrantes no programa de previdência, os aumentos do salário mínimo não se aplicariam à correção do recebimento da aposentadoria. A idade mínima para a aposentadoria seria de 60 anos para homens e mulheres. Fazer a distinção dos benefícios entre o regime de previdência e o de assistência.

O segundo aspecto diz respeito à visão da economia brasileira em relação ao ambiente internacional para os próximos 30 anos. Seria de imensa importância evolutiva à ideologia das classes empresarial e política, bem como do poder executivo brasileiro, a compreensão da mensagem de Manmohan Singh, primeiro-ministro indiano, ao afirmar,

recentemente, à comunidade de investidores internacionais: "É nossa ambição integrar a Índia na economia global. Nós aceitamos a lógica da globalização." Essa lógica é simples: estar fora do processo da globalização significa afastar os consumidores. Os produtores e os investidores nacionais das oportunidades existentes nos mercados internacionais. Para não cair nesse absurdo, duas ações de política de desenvolvimento são necessárias: a primeira delas, por meio de incentivos fiscais e créditos limitados e terminais, coordenados pelo BNDES, promovendo a inserção internacional de todos os segmentos econômicos — industrial, serviços e agronegócios — que forem potencialmente competitivos no mercado internacional.

Esse direcionamento deveria ser o norte da política industrial, intervindo nas atividades de alguns setores para corrigir distorções de competitividade. Não há razão para que no Brasil não se crie, a exemplo da China, as zonas econômicas especiais para promover projetos e investimentos com vista às exportações e ao fornecimento local de produtos com elevado valor tecnológico. A outra ação seria no sentido de incentivar investimentos diretos estrangeiros em qualquer setor econômico que seja potencialmente competitivo no mercado internacional e realizar a abertura de forma a maximizar as exportações e as importações, mantendo a taxa de câmbio relativamente competitiva.

No tocante à redistribuição da riqueza e da qualificação humana, este século será distinto dos demais. De agora em diante, haverá uma nova redistribuição da riqueza compreendida entre as pessoas que têm conhecimento e aquelas que não terão capacidade de acesso à informação. O Brasil ainda está fora desse contexto, no entanto, a Índia, a China e os países do Sudeste Asiático certamente não. Poderemos repetir o sucesso do passado se o governo Lula tiver a ousadia de implementar as reformas básicas apontadas, entendendo que quem faz o país crescer é quem emprega mão-de-obra, assume risco de mercado e gera produtividade — a classe empresarial — e que ele nos afaste do renascimento da onda nefasta do esquerdismo latino-americano. Esses dois aspectos constituíram a base da fórmula do milagre do crescimento econômico brasileiro nos anos de 1970. H